

**Edição  
Fevereiro 2018**

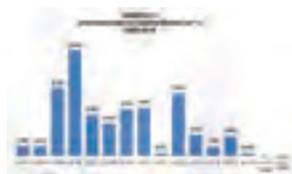
Especial 60 Anos de luta da FENATTEL.

## Educação Sindical

Chamada para o que acontece na seção tal desta edição.  
2 linhas no max, quando possível, uma imagem.

## Economia

DIEESE lança dados sobre reajuste do Mínimo.



## Negociação

Reunião entre entidades e patronal trata sobre aditivos da CCT (2016/17 e 2017/18).

# FENATTEL completa 60 anos.

A entidade celebra, em 2018, mais de meio século de luta pelos direitos dos trabalhadores em telecomunicações. *pág.6*



Há 60 anos lutando pelos direitos dos Trabalhadores em Telecomunicações.

## Nesta Edição

### Economia.

Reajuste do Salário Mínimo não devolve poder de compra ao trabalhador.

*pág. 2*

### Educação Sindical

Primeira Greve Geral em 1917 reuniu 50 mil trabalhadores na paralização por direitos.

*págs. 3 e 4*

### Negociação

Trabalhadores do Tel Centro de Contatos na Bahina fazem paralização de vinte e um dias.

*pág. 5*

### Especial Aniversário

Luta por direitos dos trabalhadores marca a trajetória da FENATTEL nos últimos 60 anos.

*pág. 6*



# Palavra do Almir

## Tempos bicudos.

*Um cenário de retrocesso maior do que o esperado por todos nós.*

O ano de 2018 começou com o aprofundamento do golpe institucional contra os direitos dos trabalhadores, já que toda a grande mídia e as bancadas empresariais mais atrasadas estão empenhadas em golpear as aposentadorias dos mais pobres.

Estamos cansados do uso de expressões como “reforma” usadas pela mídia para manipular o senso comum. Em vez

de reforma da previdência a realidade é roubo da previdência dos mais pobres para preservar privilégios inaceitáveis de senadores, deputados, juízes, ministros, governadores e ex-governadores, Procuradores, desembargadores, que se assenhoraram das benesses do Estado.

Nem tudo que é legal, é moral. Enquanto todos eles se juntam para atacar a previdência

obrigando as pessoas a trabalhar muito mais tempo em condições cada vez piores (vide efeito danoso do ataque aos direitos trabalhistas consumado em 2017, mas que ainda enfrenta resistências), os chamados paladinos da moral, juízes que se tornaram famosos pelo seu zelo com a moral alheia, esbanjam imóveis nos locais onde moram, mas ainda assim sugam do Estado o seu “direito” a auxílio moradia.

Retirados privilégios abusivos, cobrança dura de sonegadores da previdência, não seria necessário atacar a aposentadoria dos mais pobres. A resposta vem das ruas aproveitando o cli-

ma de carnaval ... com a Marchinha VOTA MAS NÃO VOLTA um recado claro das ruas e blocos de carnaval aos srs Congressistas, que reproduz um trecho aqui...

A marchinha (quase frevo) “Vota mas não volta”, de Pedrinho Miranda, cantada por Luís Felipe Lima explode nas ruas e viraliza nas redes sociais com apoio das entidades sindicais dos servidores públicos; Diz a letra: Seu deputado / seu senador / toma cuidado / olha a revolta / pois se votar / na reforma do Temer / vota, mas não volta.

Respeite o aposentado / valorize o servidor / não entre nessa

cilada / reforma do Temer / já tá bichada.

A luta unitária e só ela, continua a ser o único antídoto contra esses ataques do governo que são patrocinados pelos patrões e suas mídias.

Enquanto isso, na base de muitas entidades sindicais, não apenas na nossa categoria, uma grave crise de desorientação sobre como enfrentar essa realidade, faz com que alguns sindicalistas confundam de propósito os alvos e atirem erradamente para todos os lados, inclusive colocando em risco a unidade na luta, pois ao não fazer a lição de casa e ter os trabalhadores a seu lado, permitindo que

os patrões “façam a cabeça” de parcelas da categoria, preferem achar culpados fora da realidade, sem considerar a chamada correlação de forças, passam a usar táticas de canibalismo suicida... Não se percam, o alvo está lá fora! Um novo ano de lutas.

Almir Munhoz,  
Presidente da Fenattel

## Economia

# Reajuste do Salário Mínimo fica abaixo da inflação e não recompõe poder de compra.

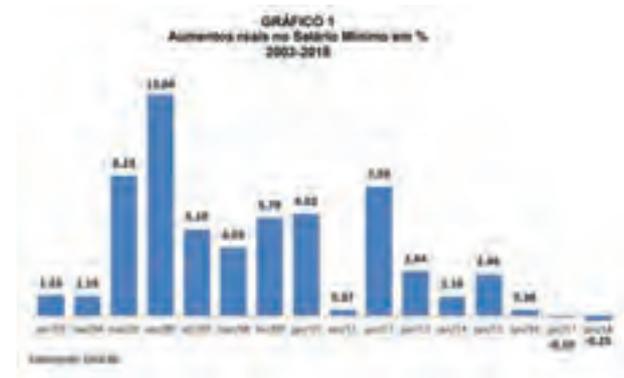
Pelo segundo ano consecutivo o governo reajustou o salário mínimo abaixo da inflação. Em 1º de janeiro o valor do mínimo anunciado foi de R\$ 954,00 para este ano, com correção de 1,81%, enquanto a inflação foi de 2,07%. Em 2017, o mínimo foi reajustado em 6,48%, com inflação de 6,58%. A política de valorização do mínimo ajudou a aumentar o poder de compra da população mais pobre, mas foi interrompida no governo Temer.

Em 2004, as Centrais Sindicais, por meio de movimento unitário, lançaram a campanha pela valorização do salário mínimo, em que foram realizadas três marchas conjuntas em Brasília. Como resultado, o salário mínimo,

em maio de 2005, passou de R\$ 260,00 para R\$ 300,00. Desse modo, estabeleceu-se em 2007 uma política permanente de valorização a ser aplicada até 2023. Essa política adotou como critérios o repasse da inflação do período entre as correções e o aumento real pela variação do PIB (Produto Interno Bruto).

Contrariando a trajetória de recuperação e valorização do SM, a quantia fixada para 2018 impôs perda acumulada de 0,34% nos últimos dois anos, o que fez o mínimo retornar ao patamar de 2015, segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Essa política de valorização trouxe resultados positivos para a sociedade brasileira. A elevação real do poder aquisitivo de um contingente expressivo de brasileiros ampliou o



mercado consumidor, possibilitou melhorias nas condições de vida das famílias e contribuiu para reduzir a desigualdade no país. De acordo com o Dieese, 48 milhões de pessoas têm rendimentos referenciados no salário mínimo. E agora estão assistindo o aumento do valor dos produtos consumidos, e seu dinheiro indo embora mais rápido.

De modo geral, o preço dos alimentos, que segue a demanda e a oferta, teve diminuição. Por outro lado, outros importantes itens não tiveram o mesmo comportamento e a população não teve alívio no bolso com o aumento da energia e elevação constante dos combustíveis e do gás de cozinha. transporte, lazer e previdência.

# Negociação



Em reunião no dia 06 de fevereiro, a Comissão das Prestadoras da FENATTEL, o Sinstal (Sindicato patronal) e a Engeset trataram dos aditivos da CCT (2016/17 e 2017/18) pendentes e dos reajustes de salários e benefícios.

A comissão cobrou a assinatura dos aditivos e reforçou que, independente da efetiva assinatura, a empresa deve proceder com a aplicação dos reajustes, bem como dos benefícios praticados em todos os estados, pois já estava previsto na CCT a manutenção dos benefícios.

O representante da empresa se comprometeu a reunir as informações sobre as aprovações das assembleias de cada estado e avisar prontamente as datas de pagamento, inclusive os retroativos.

A Comissão questionou o não pagamento do sobreaviso aos trabalhadores e da prática de banco de horas sem negociação e, portanto, determinou a interrupção do banco. Foi mencionado, ainda, que suprimiram os benefícios dos trabalhadores vindos da EGS e Nokia (Contrato Tim).

A empresa se responsabilizou pela verificação desses casos com detalhes para dar um retorno à Federação o mais breve possível.



## Trabalhadores da Tel Centro de Contatos na Bahia paralisaram atividades por 21 dias.



# Nenhum direito a menos!

Após 21 dias de greve, os trabalhadores da Tel Centro de Contatos na Bahia, que presta serviço ao atendimento 135 do INSS, retornam suas atividades no dia 23 de janeiro.

A paralisação teve início no dia 02 de janeiro, em função da imposição da empresa de teleatendimento em reduzir o salário de R\$ 937 para R\$780. O fim da greve se deu após aprovação da proposta mediada pelo Ministério do Trabalho, sindicato e a empresa.

“A empresa impôs aos seus empregados a redução da jornada laboral associada à redução salarial sem ao menos discutir com o sindicato. Chamamos a empresa para di-

versas reuniões, mas como percebemos que objetivo era não dialogar, buscamos mediação no Ministério Público do Trabalho e conseguimos, junto aos trabalhadores, barrar essa tentativa de retirada de direitos e mantivemos os salários, conforme determina o Acordo Coletivo de Trabalho”, ressaltou o presidente do Sinttel BA, Joselito Ferreira.

A paralisação realizada pelos trabalhadores da Tel mostra que, mais uma vez, é pela unidade que se alcança a vitória. O movimento ganhou força e os trabalhadores resistiram por quase 1 mês para obter seus direitos.



## Educação Sindical

# 101 anos da primeira Greve Geral no Brasil.

50 mil operários aderiram ao movimento e paralisaram as fábricas de São Paulo.



*Paralisação dos trabalhadores na primeira greve geral em 1917*

O Brasil, hoje, enfrenta um período complexo de transformações sociais, com retirada de muitos direitos. Nessa fase conturbada é fundamental lembrar a história da organização dos trabalhadores e suas conquistas através da unidade, para inspirar, sentir orgulho e trazer esperança de dias melhores.

Para entender os movimentos de greve realizados até hoje, é necessário voltar 101 anos na história. Em julho de 1917 ocorreu a primeira Greve Geral no Brasil, que parou São Paulo,

em um contexto de formação da classe trabalhadora nos primórdios da industrialização.

No período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) ocorreu uma expressiva queda das importações de manufaturados, pois os países em guerra deixaram de produzir em grande quantidade. Assim, a economia brasileira teve estímulo para a produção interna. Isso resultou no crescimento do setor industrial, onde as pequenas fábricas e oficinas se tornaram grandes indústrias de produtos têxteis até eq-

uipamentos e maquinários.

Com a expansão do setor industrial, surgiu-se a necessidade por mão de obra o que, conseqüentemente, levou ao crescimento da classe operária. Em 1880, o país contava com 54 mil operários. Em 1920 esse número havia saltado para 200 mil. Neste período, houve incentivo da entrada de imigrantes europeus sob o argumento de que havia escassez de mão de obra com o fim da escravidão.



### Condições Precárias

O ambiente de trabalho nas indústrias estava precário. Não havia ventilação e isso facilitava a proliferação de doenças e concentrava muita poeira. Era um local mal iluminado, sem preocupações em evitar acidentes, portanto, ocorriam diversas mutilações. O salário baixíssimo, a jornada exaustiva de mais de 12 horas (que o patrão ia aumentando cada vez mais) e todas as péssimas condições geravam revoltas entre os operários. Os trabalhadores viviam uma situação de miséria e sem leis que os protegessem.

A situação foi se agravando e em julho de 1917 um grupo de operários, em frente ao Cotonifício Crespi (indústria paulista), convocou os trabalhadores a se unirem ao movimento grevista. O governo deu total consentimento para que os policiais agissem violentamente para conter os manifestantes.

A Gota d'água do confronto estabelecido foi a morte do operário José Martinez, 21 anos, atingido por um tiro dado pela polícia. Cerca de 10 mil pessoas acompanharam o cortejo fúnebre pelas ruas do centro de São Paulo. A tragédia causou comoção popular e a cidade parou em homenagem a Martinez, entre choros e sentimento de injustiça. Neste período, 50 mil operários (10% da população paulistana) paralisaram praticamente todas as fábricas.

A partir daí, a greve se alastrou para as cidades do interior de São Paulo. A Repressão e as mortes de grevistas aumentou a adesão de trabalhadores. O que parecia mais uma greve, como as deflagradas no início do século XX, resultou no maior

movimento de contestação operária já visto até então no país.

Mais de um mês após o início da paralisação houve um acordo entre autoridades, trabalhadores e industriais para colocar fim à greve. Em São Paulo a greve terminou com uma negociação única. No Rio de Janeiro e em Porto Alegre, os movimentos tiveram dimensões gerais, mas só terminaram na medida em que cada setor chegava a um acordo com seu patronato. O movimento grevista foi acabando aos poucos, assim como seu início. Em um Brasil com a escravidão recém-abolida, a greve geral de 1917 projetou o trabalhador como sujeito político, que encontrou na união a força para ser ouvido.

### Mulheres no movimento

Nos anos 10, a grande desigualdade etária e de gênero com relação aos salários explica o fato de a indústria contratar crianças e mulheres em grande escala. O homem adulto era o que ganhava mais, mas a mulher adulta recebia em torno de 62% do salário do homem. A menina, menor de idade, recebia 40,5% do salário do homem. E o menino, menor, 39%. Se o salário do homem já era baixíssimo, as mulheres e crianças eram exploradas, trabalhando mais de 12 horas, as condições precárias para ganhar uns trocados.

Os trabalhadores sofriam os abusos e precariedades impostos pelo patrão. As mul-

heres sofriam ainda mais em um ambiente totalmente machista, expostas a todo tipo de assédio. Além disso, elas ainda tinham o compromisso de cuidar da casa. Era uma dupla jornada cruel e interminável.

Os movimentos grevistas das mulheres, que timidamente se espalhava pelo mundo e ganhava repercussão, influenciaram, de certo modo, as trabalhadoras na adesão à greve de 1917. Em março do mesmo ano, tecelãs russas entraram em greve contra o Czar Nicolau II e contra a participação do país na Primeira Guerra Mundial. A força daquelas mulheres precipitou movimentos que marcaram o início da Revolução Socialista na Rússia.

As trabalhadoras que participaram da greve geral de 1917 escreveram uma carta para sensibilizar os soldados que reprimiam o movimento, com relação os sofrimentos e realidade dos trabalhadores. Na greve iniciada Cotonifício Crespi houve grande participação feminina, que eram a maioria dos empregados pela fábrica. Apesar de ser pouco citada, a adesão das mulheres à greve foi fundamental para as mudanças obtidas, pois estavam em grande número de trabalhadores da época e sua união deu força ao movimento.



# FENATTEL completa 60 anos de luta na defesa dos trabalhadores em telecomunicações.

Muitas vezes as pessoas param para refletir como as tecnologias transformaram o mundo nos últimos vinte anos, nos colocando como testemunhas de uma chamada “revolução digital”, hoje sob império de redes sociais, youtube, whatsapp, que tornam a geração de conteúdos e imagem uma ferramenta nas mãos de todas as pessoas. Antes um sonho da nossa luta, essa democratização do acesso aos meios de comunicação, hoje um instrumento para o povo reportar milhões de fatos em suas comunidades, ruas, ajudando a quebrar o monopólio da informação gerada pelos grupos econômicos. Não é a toa que a rede Globo, responsável pela manipulação de milhões de brasileiros com seus jornais parciais, suas novelas que estimulam alterações de valores e comportamentos egoístas, aventureiros, quase uma escola de golpistas em todos os níveis, tente cooptar parte dessa produção espontânea das ruas com sua campanha “o Brasil que eu quero”...

O Brasil que os trabalhadores querem é o Brasil da Justiça Social, da democratização também do acesso a renda gerada pelo trabalho, contra a privatização do Estado pelos interesses de uma elite atrasada.

Nesse contexto de intensas mudanças em poucos anos, vale a pena fazer uma viagem ao passado e imaginar como era o Brasil e as relações de trabalho em 1958, há sessenta anos atrás quando surgiu a FENATTEL.

O país era governado por Juscelino Kubitchek, Brasília estava sendo construída, as primeiras montadoras de automóveis estavam sendo instaladas criando mega polos metalúrgicos integrados, vinha a industrialização em larga escala na esteira do surgimento da indústria de base criada antes por Getúlio como a CSN (siderurgia), da Petrobrás em 1943, em um momento único na história quando o salário mínimo teve seu maior poder de compra, como manda a Constituição, o que equivaleria hoje a R\$ 3.200,00.

As estruturas funcionavam, um pai de família com salário mínimo tratava da família, colocava filhos na escola, ainda se imigrava do NE e do interior para os grandes centros, enquanto a elite tramava contra a democracia, contra a distribuição da renda, e tentou três vezes entre 1956 e 1964 tomar o poder a força para reverter a justiça social.... (qualquer semelhança com os dias atuais não é coincidência porque se trata do mesmo combate de antes).

A FENATTEL surgiu como uma necessidade dos sindicatos do setor de coordenar suas lutas, ainda não existia o sistema Telebrás e uma associação de capital norte americano e cana-

dense centralizava as telecomunicações no Brasil daquela época, fruto de lutas e conquistas nas quais nossa categoria representada foi precursora de grandes conquistas sociais e trabalhistas depois convertidas em lei, como abono especial de férias (férias em dobro) depois incorporada com redução na Constituição de 1988 (adicional de 1/3 sobre as férias), abono de Natal em 1962 (depois introduzido na legislação como 13º. Salário para todos), aposentadoria especial para telefonistas (1963) depois reduzida por conta da política do governo de FHC entre 1994 e 2002, hoje luta pela regulamentação profissional de várias funções e profissões envolvidas na atividade de telecomunicações, contra a precarização do trabalho - uma das consequências mais perversas da terceirização, que é usada no Brasil, ainda hoje, como fator de redução de custos, via dumping social, retirando direitos sociais de trabalhadores que realizam as mesmas funções, para os mesmos tomadores de serviços em diferentes localidades e ganham salários e benefícios diferentes sem justificativa.

Em 2011, a FENATTEL atingiu a representação no Brasil de 96% da categoria e implantou um novo paradigma de representação, ao congregar sob um programa aprovado em Congresso, um Estatuto democraticamente

votado por delegados de todo país, sindicatos filiados às maiores centrais sindicais do país. Esse modelo, no entanto, é alvo permanente dos maus patrões que usam toda sorte de intrigas e fofocas para tentar sabotar a unidade e colocar desde interesses menores até lideranças umas contra as outras, única forma de enlamear uma história de 60 anos, e impedir um presente se combates unitários rumo a um futuro com maior dignidade, porque é dos patrões o mecanismo de corroer a confiança interna nas organizações. Aliás, sempre foi isso que fizeram e fazem por exemplo entre os povos da América Latina, para que tenhamos, por exemplo, “mais raiva dos vizinhos argentinos” do que do capital global que explora e empobrece a todos.

Que os 60 anos de história dessa entidade, testemunha viva de tantas mudanças na realidade do país e do mundo, traga enquanto é tempo alguma lição aos seus protagonistas atuais, para que não caiam nas mesmas armadilhas do passado.

Afinal, uma entidade manter-se coesa e organizada por seis décadas, é o que a torna diferente dos sindicatos de ocasião criados a cada dia em cada esquina por pessoas sem história, sem compromisso com a categoria, aventureiros que não tem memória nem história e no mais das vezes, também não tem futuro.

